CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME
ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
RESPEITE O DIREITO AUTORAL
EDITORA AFILIADA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Thiollent, Michel, 1947-
Metodologia da pesquisa-ação / Michel Thiollent. — 18. ed.
— São Paulo : Cortez, 2011.

Bibliografia.
ISBN 978-85-249-1716-5

1. Ciências sociais — Pesquisa 2. Metodologia 3. Pesquisa
4. Pesquisa-ação 5. Pesquisa — Metodologia I. Título.

11-02848 CDD-001.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Metodologia da pesquisa-ação 001.42
2. Pesquisa-ação : Metodologia 001.42

Michel Thiollent

Metodologia da Pesquisa-Ação

18ª edição
9ª reimpressão

CORTEZ EDITORA

METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO
Michel Thiollent

Capa: aeroestúdio
Preparação de originais: Nair Kayo
Revisão: Maria de Lourdes de Almeida
Composição: Linea Editora Ltda.
Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Texto revisto e aumentado a partir da 14ª edição em setembro/2005.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

© by Michel Thiollent

Direitos para esta edição
CORTEZ EDITORA
Rua Monte Alegre, 1074 — Perdizes
05014-001 — São Paulo — SP
Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290
E-mail: cortez@cortezeditora.com.br
www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil — fevereiro de 2024

Sumário

Apresentação da 18ª edição 7

Introdução 13

CAPÍTULO I — Estratégia de conhecimento 19

1. Definições e objetivos 20
2. Exigências científicas 26
3. O papel da metodologia 31
4. Formas de raciocínio e argumentação 34
5. Hipóteses e comprovação 40
6. Inferências e generalização 44
7. Conhecimento e ação 47
8. O alcance das transformações 49
9. Função política e valores 51

CAPÍTULO II — Concepção e organização da pesquisa 55

1. A fase exploratória 56
2. O tema da pesquisa 59
3. A colocação dos problemas 61
4. O lugar da teoria 63
5. Hipóteses 64
6. Seminário 67

7. Campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa 70
8. Coleta de dados 73
9. Aprendizagem 75
10. Saber formal/saber informal 76
11. Plano de ação 79
12. Divulgação externa 81

CAPÍTULO III — Áreas de aplicação 83
1. Educação 84
2. Comunicação 87
3. Serviço Social 90
4. Organização e sistemas 93
5. Desenvolvimento rural e difusão de tecnologia 98
6. Práticas políticas 102
7. Conclusão 105

Conclusão 107

Posfácio à 14ª edição 115

Bibliografia 133

Apresentação da 18ª edição

A cada reedição deste livro, fico feliz e, ao mesmo tempo, preocupado: feliz, porque, mais uma vez, isso confirma a utilidade da pesquisa-ação e da discussão de sua metodologia na formação de milhares de estudantes de Ciências Sociais aplicadas e de profissionais em diversas áreas de atuação; preocupado, porque o tempo está passando e há tantas novas abordagens e novas técnicas de pesquisa qualitativa que o livro — cuja primeira edição data de 1985 — evidentemente não abrange e pode, assim, parecer ultrapassado. De fato, seria bom escrever um livro inteiramente novo, mas os percalços da vida acadêmica nem sempre deixam ao docente universitário o tempo e a liberdade suficientes para escrever livros introdutórios, ou didáticos, pouco valorizados na corrida à publicação. Para que este prefácio não se limite a considerações de satisfação ou de lamento, darei algumas indicações na perspectiva de uma possível atualização da pesquisa-ação, reforçando sugestões apresentadas no Posfácio à 14ª edição.

O método de pesquisa-ação consiste essencialmente em elucidar problemas sociais e técnicos, cientificamente relevantes, por intermédio de grupos em que encontram-se reunidos pesquisadores, membros da situação-problema e outros atores e parceiros interessados na resolução dos problemas levantados ou, pelo menos, no avanço a ser dado para que sejam formuladas adequadas respostas sociais, educacionais, técnicas e/ou políticas. No processo de pesquisa-ação estão entrelaçados objetivos de ação e objetivos de conhecimento que remetem a quadros de referência teóricos, com base nos

quais são estruturados os conceitos, as linhas de interpretação e as informações colhidas durante a investigação.

De passagem, nota-se que a pesquisa-ação pode ser concebida como *método*, isto quer dizer um caminho ou um conjunto de procedimentos para interligar conhecimento e ação, ou extrair da ação novos conhecimentos. Do lado dos pesquisadores, trata-se de formular conceitos, buscar informações sobre situações; do lado dos atores, a questão remete à disposição a agir, a aprender, a transformar, a melhorar etc. Além de uma simples coleta de dados, a pesquisa-ação requer um longo trabalho de grupos reunindo atores interessados e pesquisadores, educadores e outros profissionais qualificados em diferentes áreas. No título do livro, usei o termo *metodologia da pesquisa-ação* entendido, sobretudo, como discussão ou reflexão sobre o método, descrevendo suas características, avaliando méritos e limitações, comentando os contextos de aplicação. Frequentemente, existe alguma confusão entre a noção de *método* e a de *metodologia*. Isto é reconhecido, inclusive, em definições de dicionários. Adotamos a seguinte distinção: o *método* é o caminho prático da investigação, por sua vez, a *metodologia*, relacionada com epistemologia, consiste na discussão dos métodos.

Nas duas últimas décadas, alguns fatos marcaram a evolução da pesquisa-ação. As áreas mais tradicionais em que se aplica esse método continuam as de educação, formação de adultos, serviço social, extensão ou comunicação rural. Todavia, houve diversificação e ampliação das áreas: ciências ambientais, ciências da saúde (enfermagem, promoção da saúde, medicina coletiva), estudos organizacionais, ergonomia e engenharia de produção, estudos urbanos, desenvolvimento local, economia solidária, direitos humanos, práticas culturais e artísticas.

Uma tendência que também se fortaleceu é o uso da pesquisa-ação em projetos e programas de extensão universitária, área de atividade variada que se estruturou em universidades públicas e particulares, não reduzida à simples prestação de serviços. Encontrou apoio do governo no quadro de políticas públicas. Nesse contexto, a pesquisa-ação não se limita mais a fomentar pequenos projetos ou de pouca visibilidade, para se tornar um quadro de referência metodológico em projetos e programas sociais de grande porte, apoiado por reitorias e órgãos do poder público. Isso representa um grande desafio para aqueles (como eu) que estavam acos-

tumados a trabalhar junto a grupos de menor dimensão. É preciso enfrentar novas questões políticas ou estratégicas (Quem decide? Como a base é representada? Quais são as formas de participação?) e operacionais (Como são coletados os dados e gerados os resultados? Como usar *softwares* específicos para pesquisa qualitativa? Como aplicar tecnologias de informação e comunicação para facilitar a interação de grupos e pessoas em redes e à distância?).

Em projetos sociais, especialmente os de grande porte, em assessorias a políticas públicas, algumas vezes, há risco de confusão entre a exigência de conhecimento cientificamente embasado e a expressão de interesses políticos que podem se revelar triviais, passageiros ou, até mesmo, enganosos. Diante disso, é preciso reafirmar o compromisso social e científico da pesquisa-ação. Discordamos de colegas que consideram a pesquisa-ação como simples atividade de intervenção social, calcada na visão de atores, que não teria contas a prestar às instâncias de pesquisa científica e não precisaria validação ou reconhecimento acadêmico.

Seja qual for seu grau de intensidade, a vontade de pesquisar e de transformar situações não significa "fazer agitação" ou "propaganda" a favor de soluções preestabelecidas que, na maioria das vezes, revelam-se ilusórias. Não existe neutralidade na pesquisa social em geral, e tampouco na pesquisa-ação, mas isso não significa que tal proposta metodológica deva se confundir com as vontades (ou veleidades) de tal ou qual entidade política ou religiosa. Por meio de um maior grau de exigência metodológica e científica, podemos evitar certas manipulações ou vieses indesejáveis. Em particular, é preciso evitar que a pesquisa-ação esteja posta a serviço de propostas populistas e, por vezes, comunitaristas, deixando lideranças mais ou menos carismáticas se apoiarem em resultados de pesquisa e de ações para fazer prevalecer seus fins particulares (acesso ao poder e concentração de recursos), sempre em nome do povo ou das comunidades. O pretenso diálogo pode virar monólogo para os seguidores espalharem falsas promessas contra a pobreza e promoverem novas formas de dominação e de conformismo.

No plano do conhecimento, foi alguma vez objetado contra a nossa proposta dos anos 1980 um excesso de objetivismo ou de realismo. Talvez certas formulações enfatizando o caráter objetivo da realidade, independentemente de nossa consciência ou de nossa vontade, podem induzir a esse tipo de apreciação. No entanto, cada vez mais, não se

deve esquecer que, mesmo sendo objetiva, a realidade dá lugar a representações construídas com base no conhecimento humano. Os conceitos e resultados de pesquisa são construções. No caso da pesquisa-ação, trata-se de construções complexas, relacionadas com as visões dos atores e as conceituações dos pesquisadores, o todo mutável no decorrer da ação. Nesse contexto, a realidade não pode ser considerada como independente da consciência humana como se fosse um amontoado de pedras no solo de outro planeta.

No entanto, esse tipo de argumento não abre a porta ao subjetivismo radical segundo o qual a realidade seria uma mera questão de visão ou de vontade do sujeito. A pesquisa-ação se apresenta como método de pesquisa inserida em práticas ou ações sociais, educacionais, técnicas, estéticas etc. Ao longo dos anos, ela tem sido enriquecida nas encruzilhadas de várias tendências filosóficas. Hoje, ela pode se distanciar tanto do objetivismo quanto do subjetivismo, encontrando certa afinidade com o construtivismo social.

A leitura deste livro pode ser considerada como convite ou introdução para uma capacitação em pesquisa-ação, que só se efetivará mediante experiências a serem adquiridas na prática, colaborando ou participando em projetos sobre problemas reais e vividos por atores sociais bem identificados. É também aconselhável ampliar uma formação metodológica mais completa, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo a literatura existente sobre pesquisa participante, planejamento participativo, método de estudo de caso, grupos de foco e outras técnicas semelhantes.

Podemos recomendar livros traduzidos e publicados de autores como André Morin (2004), Khalid El Andaloussi (2004), Hugues Dionne (2007). Ainda temos que resgatar importantes subsídios para pesquisa-ação e educação em João Bosco Pinto (1937-1995) a serem publicados.

Finalizando o prefácio desta nova edição, volto a salientar que, no atual contexto marcado por transformações rápidas e uma grande diversidade de iniciativas sociais, a pesquisa-ação continua bastante solicitada como meio de identificação e resolução de problemas coletivos e como forma de aprendizagem dos atores e dos pesquisadores (profissionais ou estudantes). Com as novidades científicas e técnicas que surgem todo dia, a atualização metodológica da pesquisa-ação é necessária e passa pela contínua (re)dis-

cussão de seus fundamentos teóricos, filosóficos, éticos e de seu aprimoramento no plano das técnicas de coleta e processamento de dados. Esse esforço de atualização é muito vasto e só poderá ser coletivo. Que todos os interessados participem!

Michel Thiollent

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2011.

Introdução

O presente trabalho consiste em apresentar e discutir vários temas relacionados com a metodologia da pesquisa social, dando particular destaque à pesquisa-ação, enquanto linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação.

Hoje em dia, no Brasil e noutros países, a linha da pesquisa-ação tende a ser aplicada em diversos campos de atuação: educação, comunicação, organização, serviço social, difusão de tecnologia rural, militância política ou sindical etc. No entanto, a pesquisa-ação ainda está em fase de discussão e não é objeto de unanimidade entre cientistas sociais e profissionais das diversas áreas.

Em muitos lugares, continuam prevalecendo as técnicas ditas convencionais que são usadas de acordo com um padrão de observação positivista no qual se manifesta uma grande preocupação em torno da quantificação de resultados empíricos, em detrimento da busca de compreensão e de interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. Essa busca é justamente valorizada na concepção da pesquisa-ação. Todavia, queremos deixar bem claro que esta linha de pesquisa não é única e não substitui as demais. O estudo de sua metodologia é apenas um tópico entre os diferentes tópicos da metodologia das ciências sociais.

Um dos aspectos sobre os quais não há unanimidade é o da própria denominação da proposta metodológica. As expressões "pesquisa participante" e "pesquisa-ação" são frequentemente dadas como sinônimas. A nosso ver, não o são, porque a pesquisa-ação, além da participação, supõe uma

forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante. Seja como for, consideramos que pesquisa-ação e pesquisa participante procedem de uma mesma busca de alternativas ao padrão de pesquisa convencional. Não estamos propensos a atribuir muita importância aos "rótulos". Mediante a aplicação dos princípios metodológicos aqui em discussão, achamos que outro modo de designação possa ser cogitado, mas ainda não o encontramos.

A pesquisa-ação e a pesquisa participante estão ganhando grande audiência em vários meios sociais. Ainda é cedo para se ter uma avaliação da amplitude e dos resultados realmente alcançados. Do lado oposto, alguns partidários da metodologia convencional veem na pesquisa-ação e na pesquisa participante um grande perigo, o do rebaixamento do nível de exigência acadêmica. Como veremos mais adiante, existem efetivos riscos e exageros na concepção e na organização de pesquisas alternativas: abandono do ideal científico, manipulação política etc. Nosso desafio consiste em mostrar que tais riscos, que também existem em outros tipos de pesquisa, são superáveis mediante um adequado embasamento metodológico.

Com o desenvolvimento de suas exigências metodológicas, as propostas de pesquisa alternativa (participante e ação) poderão vir a desempenhar um importante papel nos estudos e na aprendizagem dos pesquisadores e de todas as pessoas ou grupos implicados em situações problemáticas. Um dos principais objetivos dessas propostas consiste em dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora. Trata-se de facilitar a busca de soluções aos problemas reais para os quais os procedimentos convencionais têm pouco contribuído. Devido à urgência de tais problemas (educação, informação, práticas políticas etc.), os procedimentos a serem escolhidos devem obedecer a prioridades estabelecidas a partir de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez.

Para evitarmos alguns equívocos quanto ao real alcance da pesquisa-ação, limitaremos a sua pertinência à faixa intermediária entre o que é geralmente designado com nível microssocial (indivíduos, pequenos grupos) e o que é considerado como nível macrossocial (sociedade, movimentos e entidades de âmbito nacional ou internacional). Essa faixa intermediária de observação corresponde a uma grande diversidade de atividades de grupos

e indivíduos no seio ou à margem de instituições ou coletividades. Entre as principais atividades consideradas, encontramos tudo o que é comumente designado como educação, trabalho, comunicação, lazer etc. Tal como a entendemos, a pesquisa-ação não trata de psicologia individual e, também, não é adequada ao enfoque macrossocial. Nas condições atuais, como proposta bastante limitada, não se conhecem exemplos de pesquisa-ação ao nível da sociedade como um todo. É apenas um instrumento de trabalho e de investigação com grupos, instituições, coletividades de pequeno ou médio porte. Contrariamente a certas tendências da pesquisa psicossocial, os aspectos sociopolíticos nos parecem ser mais pertinentes que os aspectos psicológicos das "relações interpessoais". Na abordagem da interação social, aqui adotada, os aspectos sociopolíticos são frequentemente privilegiados. O que não quer dizer que a realidade psicológica e existencial seja desprezada.

Do ponto de vista sociológico, a proposta de pesquisa-ação dá ênfase à análise das diferentes formas de ação. Os aspectos estruturais da realidade social não podem ficar desconhecidos, a ação só se manifesta num conjunto de relações sociais estruturalmente determinadas. Para analisar a estrutura social, outros enfoques, de caráter mais abrangente, são necessários.

Os temas e problemas metodológicos aqui apresentados são limitados ao contexto da pesquisa com base empírica, isto é, da pesquisa voltada para a descrição de situações concretas e para a intervenção ou a ação orientada em função da resolução de problemas efetivamente detectados nas coletividades consideradas. Isto não quer dizer que estejamos desprezando a pesquisa teórica, sempre de fundamental importância. Mas precisamos começar por um dos lados possíveis e escolhemos o lado empírico, com observação e ação em meios sociais delimitados, principalmente com referência aos campos constituídos e designados como educação, comunicação e organização. Não nos parece haver incompatibilidade no fato de progredir na teorização a partir da observação e descrição de situações concretas e no fato de encarar situações circunscritas a diversos campos de atuação antes de se ter elaborado um conhecimento teórico relativo à sociedade como um todo. Entre esses diversos níveis de análise, não nos parece haver dedução do geral ao particular nem indução do particular ao geral. Trata-se de estabelecer um constante vaivém no qual privilegiamos aqui os níveis mais acessíveis ao pesquisador principiante.

Embora privilegie o lado empírico, nossa abordagem nunca deixa de colocar as questões relativas aos quadros de referência teórica sem os quais

a pesquisa empírica — de pesquisa-ação ou não — não faria sentido. Essas questões são vistas como sendo relacionadas ao papel da teoria na pesquisa e como contribuição específica dos pesquisadores nos discursos que acompanham o desenrolar da pesquisa, levando a uma deliberação acerca dos argumentos a serem levados em conta para estabelecer as conclusões.

Nos dias de hoje, embora haja muitas pesquisas em diversas áreas de conhecimento aplicado, sente-se a falta de uma maior segurança em matéria de metodologia quando se trata de investigar situações concretas. Além disso, no plano teórico, a retórica sem controle corre solta. Há um crescente descompasso entre o conhecimento usado na resolução de problemas reais e o conhecimento usado apenas de modo retórico ou simbólico na esfera cultural. A linha seguida pelos partidários da pesquisa-ação é diferente: pretendem ficar atentos às exigências teóricas e práticas para equacionarem problemas relevantes dentro da situação social.

* * *

De acordo com a concepção didática deste livro, o conteúdo é organizado em temas, cada um sendo apresentado de modo conciso. A nossa seleção dos temas corresponde às respostas a diferentes perguntas que sempre são formuladas nas discussões sobre a pesquisa-ação de que temos participado no Brasil desde 1975. Muitas dessas perguntas nos foram sugeridas por alunos e professores de ciências sociais e de outras disciplinas na ocasião de cursos, conferências ou seminários em várias universidades e por pesquisadores encontrados na realização de diversas consultorias. Em si próprio o "roteiro" proposto não pretende ser a solução de todos os problemas.

Os temas escolhidos foram agrupados em três capítulos:

1. Estratégia de conhecimento.
2. Concepção e organização da pesquisa.
3. Áreas de aplicação.

No Capítulo I estão reunidos alguns temas gerais da estratégia de conhecimento, enfatizando o papel da metodologia no controle das exigências científicas e a natureza argumentativa das formas de raciocínio que operam na concepção da pesquisa-ação. A formulação das hipóteses (ou diretrizes), sua comprovação, as inferências e generalizações não são apenas baseadas em dados e regras estatísticas. No conjunto do processo da investigação e da ação, a argumentação (ou a deliberação) desempenha um

papel fundamental. Além disso, as implicações políticas e valorativas devem ficar sob o controle dos pesquisadores.

No Capítulo II apresentamos uma série de temas relacionados com a concepção e a organização prática de uma pesquisa-ação. São destacadas questões vinculadas à fase exploratória, o diagnóstico, a escolha do tema, a colocação dos problemas, o lugar da teoria e das hipóteses, a função do seminário no qual se reúnem os pesquisadores e os demais participantes, a delimitação do campo de observação empírica, os problemas de amostragem e de representatividade qualitativa a coleta de dados, a aprendizagem, o cotejo do saber formal e do saber informal, a elaboração de planos de ação e, finalmente, a divulgação dos resultados.

No Capítulo III apresentamos como temas as diversas áreas de aplicação da pesquisa-ação, em particular educação, comunicação, serviço social, organização, tecnologia rural e práticas políticas. Em cada uma dessas áreas são discutidas algumas das especificidades da abordagem proposta. Indicamos problemas a serem resolvidos e potencialidades a serem aproveitadas em futuras pesquisas.

Em conclusão, são retomadas sinteticamente importantes questões relacionadas com as condições intelectuais e práticas do desenvolvimento da pesquisa-ação enquanto estratégia de conhecimento voltada para a resolução de problemas do mundo real.

Capítulo I

Estratégia de conhecimento

Neste capítulo são apresentados temas gerais da estratégia de conhecimento que é própria à orientação metodológica da pesquisa-ação tal como a concebemos. Após uma discussão acerca das definições e dos objetivos, apresentamos uma série de exigências necessárias à manutenção da pesquisa-ação no âmbito das ciências sociais. Em seguida é descrito o papel da metodologia como sendo o de conduzir a pesquisa de acordo com as exigências científicas. Procurando mostrar algumas das especificidades da pesquisa-ação no plano das formas de raciocínio, indicamos que a natureza argumentativa (ou deliberativa) dos procedimentos está explicitamente reconhecida, contrariamente à concepção tradicional da pesquisa, na qual são valorizados critérios lógico-formais e estatísticos. Desenvolvendo este ponto de vista, procuramos mostrar como é possível estabelecer um vínculo entre, de um lado, o raciocínio hipotético e as exigências de comprovação, e, por outro lado, as argumentações dos pesquisadores e participantes. Mostramos que a concepção das hipóteses não deve ser confundida com a elaboração de testes de hipótese, que é apenas uma técnica estatística de aplicação restritiva, o que nos permite repensar as questões relacionadas com inferências e generalizações de um modo que não se limita ao campo das técnicas estatísticas. Essas questões são também abordadas por intermédio dos recursos da argumentação, de modo particularmente adequado no contexto da pesquisa-ação, onde as interpretações da realidade observada e as ações transformadoras são objetos de deliberação. Em seguida são apresentadas algumas reflexões introdutórias acerca do tema do relacionamento entre

conhecimento e ação. Procuramos especificar o alcance das ações ou das transformações consideradas na pesquisa sem criar falsas expectativas ao nível da sociedade. Terminamos o nosso "roteiro" da estratégia de conhecimento por uma curta discussão sobre as suas implicações políticas e valorativas.

1. Definições e objetivos

Entre as diversas definições possíveis, daremos a seguinte: a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Este tipo de definição deixa provisoriamente em aberto a questão valorativa, pois não se refere a uma predeterminada orientação da ação ou a um predeterminado grupo social. Muitos partidários restringem a concepção e o uso da pesquisa-ação a uma orientação de ação emancipatória e a grupos sociais que pertencem às classes populares ou dominadas. Nesse caso, a pesquisa-ação é vista como forma de engajamento sociopolítico a serviço da causa das classes populares. Esse engajamento é constitutivo de uma boa parte das propostas de pesquisa-ação e pesquisa participante, tais como são conhecidas na América Latina e em outros países do Terceiro Mundo. No entanto, a metodologia da pesquisa-ação é igualmente discutida em áreas de atuação técnico-organizativa com outros tipos de compromissos sociais e ideológicos, entre os quais destaca-se o compromisso de tipo "reformador" e "participativo", tal como no caso das pesquisas sociotécnicas efetuadas segundo uma orientação de "democracia industrial", principalmente em países do Norte da Europa.

Embora seja precária a distinção entre os aspectos valorativos e os aspectos propriamente metodológicos ao nível de um processo de investigação, consideramos que a estrutura metodológica da pesquisa-ação dá lugar a uma grande diversidade de propostas de pesquisa nos diversos campos de atuação social. Os valores vigentes em cada sociedade e em cada setor de atuação alteram sensivelmente o teor das propostas de pesquisa-ação. Assim, existe uma grande diversidade entre as propostas de caráter militante, as propostas informativas e conscientizadoras das áreas educacional e de

comunicação e, finalmente, as propostas "eficientizantes" das áreas organizacional e tecnológica. Certos autores recusam a possibilidade de designar essas propostas tão diversas por um mesmo vocábulo.

Abordaremos questões metodológicas gerais tentando dar conta desta diversidade de propostas.

Ao nível das definições, uma questão frequentemente discutida é a de saber se existe uma diferença entre pesquisa-ação e pesquisa participante (Thiollent, 1984a, p. 82-103). Isto é uma questão de terminologia acerca da qual não há unanimidade. Nossa posição consiste em dizer que toda pesquisa-ação é de tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária. No entanto, tudo o que é chamado pesquisa participante não é pesquisa-ação. Isso porque pesquisa participante é, em alguns casos, um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos. Nesse caso, a participação é sobretudo participação dos pesquisadores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamentos que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado.

Para que não haja ambiguidade, uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida.

Entre as ações encontradas, algumas são de tipo reivindicatório, por exemplo, no contexto associativo ou sindical. Em certos casos, trata-se de ações de caráter prático dentro de uma atividade coletiva, por exemplo, o lançamento de um jornal popular ou de outros meios de difusão no contexto da animação cultural. Num contexto organizacional, a ação considerada visa frequentemente resolver problemas de ordem aparentemente mais técnica, por exemplo, introduzir uma nova tecnologia ou desbloquear a circulação da informação dentro da organização. De fato, por trás de problemas desta natureza há sempre uma série de condicionantes sociais a serem evidenciados pela investigação.

Na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas. Sem dúvida, a

pesquisa-ação exige uma estrutura de relação entre pesquisadores e pessoas da situação investigada que seja de tipo participativo. Os problemas de aceitação dos pesquisadores no meio pesquisado têm que ser resolvidos no decurso da pesquisa. Mas a participação do pesquisador não qualifica a especificidade da pesquisa-ação, que consiste em organizar a investigação em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação de uma ação planejada. Nesse sentido, pesquisa-ação e pesquisa participante não deveriam ser confundidas, embora autores tenham chamado pesquisa participante concepções de pesquisa-ação que não se limitam à aceitação dos pesquisadores no meio pesquisado, como no caso de simples "observação participante". A participação dos pesquisadores é explicitada dentro da situação de investigação, com os cuidados necessários para que haja reciprocidade por parte das pessoas e grupos implicados nesta situação. Além disso, a participação dos pesquisadores não deve chegar a substituir a atividade própria dos grupos e suas iniciativas.

Em geral, a ideia de pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a "dizer" e a "fazer". Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados.

Nesta perspectiva, é necessário definir com precisão, de um lado, qual é a ação, quais são os seus agentes, seus objetivos e obstáculos e, por outro lado, qual é a exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação.

Resumindo alguns de seus principais aspectos, consideramos que a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social na qual:

a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;

b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;

c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;

d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;

e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;

f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o "nível de consciência" das pessoas e grupos considerados.

A configuração de uma pesquisa-ação depende dos seus objetivos e do contexto no qual é aplicada. Vários casos devem ser distinguidos.

Num primeiro caso, a pesquisa-ação é organizada para realizar os objetivos práticos de um ator social homogêneo dispondo de suficiente autonomia para encomendar e controlar a pesquisa. O ator é frequentemente uma associação ou um agrupamento ativo. Os pesquisadores assumem os objetivos definidos e orientam a investigação em função dos meios disponíveis.

Num segundo caso, a pesquisa-ação é realizada dentro de uma organização (empresa ou escola, por exemplo) na qual existe hierarquia ou grupos cujos relacionamentos são problemáticos. A pesquisa pode vir a ser utilizada por uma das partes em detrimento dos interesses das outras partes. Nesse caso, o relacionamento dos pesquisadores com os grupos da situação observada é muito mais complicado do que no caso precedente, tanto no plano ético quanto no plano da prática da pesquisa. Considera-se, no plano ético, que os pesquisadores da linha da pesquisa-ação não podem aceitar trabalhar em pesquisas manipuladas por uma das partes nas organizações, em particular por aquela que está mais vinculada ao poder. Após uma fase de definição dos interessados na pesquisa e das exigências dos pesquisadores, se houver possibilidade de conduzir a pesquisa de um modo satisfatoriamente negociado, os problemas de relacionamento entre os grupos serão tecnicamente analisados por meio de reuniões no seio das quais todas as partes deverão estar representadas.

Num terceiro caso, a pesquisa-ação é organizada em meio aberto, por exemplo, bairro popular, comunidade rural etc. Nesse caso, ela pode ser desencadeada com uma maior iniciativa por parte dos pesquisadores que, às vezes, devem se precaver de possíveis inclinações "missionárias", sempre propícias à perda do mínimo de objetividade que é requerido na pesquisa. Frequentemente a pesquisa é organizada em função de instituições exte-

riores à comunidade. Os pesquisadores elucidam os diversos interesses implicados.

Na prática, os três casos que distinguimos algumas vezes se apresentam sob forma mesclada. Seja como for, a atitude dos pesquisadores é sempre uma atitude de "escuta" e de elucidação dos vários aspectos da situação, sem imposição unilateral de suas concepções próprias.

Na fase de definição da pesquisa-ação, uma outra condição necessária consiste na elucidação dos objetivos e, em particular, da relação existente entre os objetivos de pesquisa e os objetivos de ação. Uma das especificidades da pesquisa-ação consiste no relacionamento desses dois tipos de objetivos:

a) Objetivo prático: contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado como central na pesquisa, com levantamento de soluções e proposta de ações correspondentes às "soluções" para auxiliar o agente (ou ator) na sua atividade transformadora da situação. É claro que este tipo de objetivo deve ser visto com "realismo", isto é, sem exageros na definição das soluções alcançáveis. Nem todos os problemas têm soluções a curto prazo.

b) Objetivo de conhecimento: obter informações que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentar nosso conhecimento de determinadas situações (reivindicações, representações, capacidades de ação ou de mobilização etc.).

A relação existente entre esses dois tipos de objetivos é variável. De modo geral considera-se que com maior conhecimento a ação é melhor conduzida. No entanto, as exigências cotidianas da prática frequentemente limitam o tempo de dedicação ao conhecimento. Um equilíbrio entre as duas ordens de preocupação deve ser mantido.

Como complemento à discussão dos objetivos da pesquisa-ação, podemos indicar casos nos quais o objetivo é sobretudo "instrumental"; isto acontece quando a pesquisa tem um propósito limitado à resolução de um problema prático de ordem técnica, embora a técnica não seja concebida fora do seu contexto sociocultural de geração e uso. Encontramos outras situações nas quais os objetivos são voltados para a tomada de consciência dos agentes implicados na atividade investigada. Nesse caso, não se trata apenas de resolver um problema imediato e sim desenvolver a consciência da coletividade nos planos político ou cultural a respeito dos problemas

importantes que enfrenta, mesmo quando não se veem soluções a curto prazo como, por exemplo, nos casos de secas, efeitos da propriedade fundiária etc. O objetivo é tornar mais evidente aos olhos dos interessados a natureza e a complexidade dos problemas considerados.

Finalmente, existe uma outra situação, quando o objetivo da pesquisa-ação é principalmente voltado para a produção de conhecimento que não seja útil apenas para a coletividade considerada na investigação local. Trata-se de um conhecimento a ser cotejado com outros estudos e suscetível de parciais generalizações no estudo de problemas sociológicos, educacionais ou outros, de maior alcance. A ênfase pode ser dada a um dos três aspectos: resolução de problemas, tomada de consciência ou produção de conhecimento. Muitas vezes, a pesquisa-ação só consegue alcançar um ou outro desses três aspectos. Podemos imaginar que, com maior amadurecimento metodológico, a pesquisa-ação, quando bem conduzida, poderá vir a alcançá-los simultaneamente.

Uma última questão frequentemente abordada consiste na diferença que existe entre a pesquisa-ação e a pesquisa convencional. Numa pesquisa convencional não há participação dos pesquisadores junto com os usuários ou pessoas da situação observada. Além disso, sempre há uma grande distância entre os resultados de uma pesquisa convencional e as possíveis decisões ou ações decorrentes. Em geral tal tipo de pesquisa se insere no funcionamento burocrático das instituições. Os usuários não são considerados como atores. Ao nível da pesquisa, o usuário é mero informante, e ao nível da ação ele é mero executor. Esta concepção é incompatível com a da pesquisa-ação, sempre pressupondo participação e ação efetiva dos interessados. Podemos acrescentar que, na pesquisa social convencional, são privilegiados os aspectos individuais, tais como opiniões, atitudes, motivações, comportamentos etc. Esses aspectos são geralmente captados por meio de questionários e entrevistas que não permitem que se tenha uma visão dinâmica da situação. Não há focalização da pesquisa na dinâmica de transformação desta situação numa outra situação desejada. Ao contrário, pela pesquisa-ação é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação. Por exemplo, no campo industrial, é o caso quando se trata de transformar uma forma de organização do trabalho individualmente segmentada e rotinizada numa forma de organização com grupos dispondo de autonomia e flexibilidade

na execução do trabalho. De modo geral, a observação do que ocorre no processo de transformação abrange problemas de expectativas, reivindicações, decisões, ações e é realizada através de reuniões e seminários nos quais participam pessoas de diversos grupos implicados na transformação. As reuniões e seminários podem ser alimentados por informações obtidas em grupos de pesquisa especializados por assuntos e também por informações provenientes de outras fontes, inclusive — quando utilizáveis — aquelas que foram obtidas por meios convencionais: entrevistas, documentação etc. Este tipo de concepção pode ser aplicado no caso do estudo de inovações ou de transformações técnicas e sociais nas organizações e também nos sistemas de ensino.

2. Exigências científicas

Entre os partidários da pesquisa-ação e da pesquisa participante é frequente o clima de suspeita para com teorias, métodos e outros elementos valorizados pelo espírito científico. Às vezes chega-se a muita participação e a pouco conhecimento. A nosso ver, na pesquisa-ação se devem manter algumas condições de pesquisa e algumas exigências de conhecimento associadas ao ideal científico que, contrariamente a uma certa opinião corrente, não se confunde com o positivismo ou qualquer outra circunstancial ideologia da ciência.

No contexto da animação e difusão cultural em meio operário, D. Charasse mostra que a pesquisa-ação é insuficiente quando "desprovida do questionamento próprio à pesquisa científica" (Charasse, 1983, p. 133-40). Tal experiência não passa de uma compilação sem enriquecimento da informação. Além disso, quando não há interrogação acerca do papel dos pesquisadores intervenientes, há risco de manipulação. É preciso evitar, de um lado, o tecnocratismo e o academicismo e, por outro, o populismo ingênuo dos animadores.

A nosso ver, um grande desafio metodológico consiste em fundamentar a inserção da pesquisa-ação dentro de uma perspectiva de investigação científica, concebida de modo aberto e na qual "ciência" não seja sinônimo de "positivismo", "funcionalismo" ou de outros "rótulos".

Como visto no item precedente, na pesquisa-ação existem objetivos práticos de natureza bastante imediata: propor soluções quando for possí-

vel e acompanhar ações correspondentes, ou, pelo menos, fazer progredir a consciência dos participantes no que diz respeito à existência de soluções e de obstáculos.

No contexto organizacional, onde há nítida divisão entre dirigentes e dirigidos, é claro que a pesquisa-ação pode ficar repleta de ambiguidades e seu alcance pode ser limitado de modo utilitarista por parte dos dirigentes ao colocarem problemas de seu exclusivo interesse como prioritários, independentemente de sua relevância científica, eventualmente muito fraca, tal como no caso dos estudos de "liderança".

Quando se trata de pesquisa-ação voltada para os problemas da coletividade, como, por exemplo, a organização do trabalho em mutirão, o acesso à escola ou à moradia, os objetivos práticos consistem em fazer um levantamento da situação, formular reivindicações e ações. São objetivos práticos voltados para se encontrar uma "saída" dentro do contexto. As soluções imediatas são selecionadas em função de diferentes critérios correspondentes a uma definição dos interesses da coletividade.

Todos esses objetivos práticos não devem nos fazer esquecer que a pesquisa-ação, como qualquer estratégia de pesquisa, possui também objetivos de conhecimento que, a nosso ver, fazem parte da expectativa científica que é própria às ciências sociais.

São muito variáveis os pontos de vista de diferentes autores acerca do grau de sintonia da pesquisa-ação com a ideia de ciência. Podemos até encontrar autores e pesquisadores comprometidos com pesquisa-ação e pesquisa participante que perderam de vista a ideia ou o "ideal" das ciências sociais, ou da ciência em geral. A ação ou a participação, em si próprias, seriam suficientes. Conhecimento e ação, ciência e saber popular estariam fundidos numa só atuação. Não haveria mais lugar autônomo para a ciência que, no caso, seria apenas considerada como produto tipicamente "acadêmico", "positivista", "ocidental" e "decadente". A pesquisa-ação não precisaria prestar contas à ciência e às suas instituições.

A nosso ver, este ponto de vista é exagerado e perigoso. Alguns aspectos da crítica ao sistema convencional da pesquisa científica (academicismo, dependência institucional, unilateralidade da interpretação etc.) são muito pertinentes. Mas isto não deve nos fazer abrir mão das ideias de ciência e de racionalidade, sem as quais sempre há riscos de "recaídas" no irracionalismo que, tanto no passado como no presente, foi associado ao obscurantismo e às manipulações de toda ordem.

Hoje em dia não existe um padrão de cientificidade universalmente aceito nas ciências sociais. O positivismo e o empiricismo, que prevalecem na literatura do mundo anglo-saxão, são contestados inclusive nos seus centros de origem. Podemos optar por instrumentos de pesquisa não aceitos pela maioria dos pesquisadores de rígida formação à moda antiga, sem por isso abandonar a preocupação científica.

Embora seja incompatível com a metodologia de experimentação em laboratório e com os pressupostos do experimentalismo (neutralidade e não interferência do observador, isolamento de variáveis etc.), a pesquisa-ação não deixa de ser uma forma de experimentação em situação real, na qual os pesquisadores intervêm conscientemente. Os participantes não são reduzidos a cobaias e desempenham um papel ativo. Além disso, na pesquisa em situação real, as variáveis não são isoláveis. Todas elas interferem no que está sendo observado. Apesar disso, trata-se de uma forma de experimentação na qual os indivíduos ou grupos mudam alguns aspectos da situação pelas ações que decidiram aplicar. Da observação e da avaliação dessas ações, e também pela evidenciação dos obstáculos encontrados no caminho, há um ganho de informação a ser captado e restituído como elemento de conhecimento.

Consideramos que a pesquisa-ação não é constituída apenas pela ação ou pela participação. Com ela é necessário produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas. Parte da informação gerada é divulgada, sob formas e por meios apropriados, no seio da população. Outra parte da informação, cotejada com resultados de pesquisas anteriores, é estruturada em conhecimentos. Estes são divulgados pelos canais próprios às ciências sociais (revistas, congressos etc.) e também por meio de canais próprios a esta linha de pesquisa.

Achamos que a pesquisa-ação deve ficar no âmbito das ciências sociais, podendo inclusive ser enriquecida pelas contribuições de outras linhas compatíveis (em particular, linhas metodológicas concentradas na análise da linguagem em situação social) (Thiollent, 1981, p. 81-105). Os pesquisadores da linha "pesquisa-ação" que negam seu papel próprio estão em situação paradoxal: pesquisar sem ser pesquisador. Além disso, o descontrole da atividade de pesquisa deixa margem a todas as formas de manipulação e de aproveitamento para fins particulares.

A manutenção da pesquisa-ação dentro do conjunto das exigências científicas tem que ser melhor explicitada. As exigências consideradas são

diferentes daquelas que são comumente aceitas de acordo com o padrão convencional de observação, no qual há total separação entre observador e observados, total substituibilidade dos pesquisadores e quantificação da informação colhida na observação, enquanto princípios de objetividade. Tais princípios observacionais pertencem ao espírito científico; porém, não são os únicos e não se aplicam em todas as áreas com o mesmo grau de necessidade. Sem abandonarmos o espírito científico, podemos conceber dispositivos de pesquisa social com base empírica nos quais, em vez de separação, haja um tipo de coparticipação dos pesquisadores e das pessoas implicadas no problema investigado. A substituibilidade dos pesquisadores não é total, pois o que cada pesquisador observa e interpreta nunca é independente da sua formação, de suas experiências anteriores e do próprio "mergulho" na situação investigada. Em lugar de substituibilidade, a condição de objetividade pode ser parcialmente respeitada por meio de um controle metodológico do processo investigativo e com o consenso de vários pesquisadores acerca do que está sendo observado e interpretado. Por sua vez, a quantificação é sempre útil quando se trata de estudar fenômenos cujas dimensões e variações são significativas e quando existem instrumentos de medição aplicáveis sem demasiado artificialismo. Mas a quantificação, aparentemente mais precisa do que qualquer avaliação subjetiva, é frequentemente uma ilusão. Em muitos casos a descrição verbal minuciosa, a apreciação em escalas "grosseiras" do tipo forte-fraco, grande-médio-pequeno, aumento-diminuição etc., são suficientes para satisfazer os objetivos da pesquisa. Tais apreciações são factíveis no processo de pesquisa-ação e, inclusive, com recursos de procedimentos argumentativos para se chegar ao consenso dos participantes em torno das mesmas.

Por ser muito mais dialógico do que o dispositivo de observação convencional, o dispositivo da pesquisa-ação pode parecer menos preciso e menos objetivo. Relativizando essas noções, podemos considerar que elas não são, por isso, necessariamente perdidas de vista pelos pesquisadores. A discussão e a participação dos pesquisadores e dos participantes em diversas estruturas coletivas (seminários, grupos etc.) não são, em si próprias, nocivas à objetividade. A falta de objetividade também pode existir nos modos de relacionamento burocrático dos pesquisadores convencionais. O caráter burocrático do relacionamento pode ser observado entre os pesquisadores principais confinados em gabinetes e os pesquisadores (ou entrevistadores) que atuam no campo empírico e, também, entre estes últimos e os indivíduos escolhidos como informantes em função da amostragem. Os

pesquisadores principais raciocinam em gabinete na base de uma grande quantidade de informações quantitativas obtidas pelos procedimentos rotineiros. Nessas condições, a qualidade e a objetividade do raciocínio não são necessariamente superiores. Na pesquisa ativa há um constante questionamento, sempre é preciso argumentar a favor ou contra determinadas apreciações e interpretações. Seu aspecto coletivo pode ser fonte de manipulações. Sob controle metodológico, há também condições de uma constante autocorreção, sempre melhorando a qualidade e a relevância das observações.

Em si, a intercomunicação entre observadores e pessoas e grupos implicados na situação e também a restituição do papel ativo a todos os participantes que acompanham as diversas fases da pesquisa não constituem infrações ao "código" da ciência, quando este é entendido de modo plural, em particular no plano metodológico.

A compreensão da situação, a seleção dos problemas, a busca de soluções internas, a aprendizagem dos participantes, todas as características qualitativas da pesquisa-ação não fogem ao espírito científico. O qualitativo e o diálogo não são anticientíficos. Reduzir a ciência a um procedimento de processamento de dados quantificados corresponde a um ponto de vista criticado e ultrapassado, até mesmo em alguns setores das ciências da natureza.

Do ponto de vista científico, a pesquisa-ação é uma proposta metodológica e técnica que oferece subsídios para organizar a pesquisa social aplicada sem os excessos da postura convencional ao nível da observação, processamento de dados, experimentação etc. Com ela se introduz uma maior flexibilidade na concepção e na aplicação dos meios de investigação concreta.

Além disso, podemos considerar que, internamente ao processo de pesquisa-ação, encontramos qualidades que não estão presentes nos processos convencionais. Por exemplo, podemos captar informações geradas pela mobilização coletiva em torno de ações concretas que não seriam alcançáveis nas circunstâncias da observação passiva. Quando as pessoas estão fazendo alguma coisa relacionada com a solução de um problema seu, há condição de estudar este problema num nível mais profundo e realista do que no nível opinativo ou representativo no qual se reproduzem apenas imagens individuais e estereotipadas.

Outra qualidade da pesquisa-ação consiste no fato de que as populações não são consideradas como ignorantes e desinteressadas. Levando a sério o saber espontâneo e cotejando-o com as "explicações" dos pesquisa-

dores, um conhecimento descritivo e crítico é gerado acerca da situação, com todas as sutilezas e nuanças que em geral escapam aos procedimentos padronizados. Com a divulgação de informação dentro da população, com o processo de aprendizagem dos pesquisadores e dos participantes, com o eventual treinamento de pessoas "leigas" para desempenharem a função de pesquisadores é possível esperar a geração de uma massa de informação significativa, aproveitando um amplo concurso de competências diversas.

3. O papel da metodologia

A partir da concepção anteriormente esboçada, podemos considerar que, na organização e na conduta de uma pesquisa-ação, a metodologia das ciências sociais tem um importante papel a desempenhar. Esta afirmação é contrária a uma opinião difundida em certos meios acadêmicos, segundo a qual a pesquisa-ação é um tipo de atividade escolhida por pesquisadores que não entendem de metodologia e nem querem se submeter às suas exigências. Todavia, tais pesquisadores existem e, a nosso ver, prejudicam a imagem de sua própria atividade.

Para evitarmos certas confusões, precisamos redefinir o que é a metodologia e especificar seu papel. Uma das perguntas frequentemente formuladas é a seguinte: a pesquisa-ação é um método? Uma técnica? Uma metodologia? Esta pergunta parece estar ligada à imprecisão relativa ao uso desses três termos, não somente no campo da pesquisa-ação, mas também no contexto geral das ciências sociais.

Existe uma confusão terminológica que podemos analisar como sendo uma confusão entre, de um lado, o nível da efetiva abordagem da situação investigada com métodos e técnicas particulares e por outro lado, o "metanível", constituído pela metodologia enquanto instância de reflexão acerca do primeiro nível. Esta distinção existe sob forma genérica como distinção entre informação e meta-informação ou conhecimento e metaconhecimento. Podemos distinguir o nível do método efetivo (ou da técnica) aplicado na captação da informação social e a metodologia como metanível, no qual é determinado como se deve explicar ou interpretar a informação colhida.

A metodologia é entendida como disciplina que se relaciona com a epistemologia ou a filosofia da ciência. Seu objetivo consiste em analisar as

características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização. Ao nível mais aplicado, a metodologia lida com a avaliação de técnicas de pesquisa e com a geração ou a experimentação de novos métodos que remetem aos modos efetivos de captar e processar informações e resolver diversas categorias de problemas teóricos e práticas da investigação. Além de ser uma disciplina que estuda os métodos, a metodologia é também considerada como modo de conduzir a pesquisa. Neste sentido, a metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados. O estudo da metodologia auxilia o pesquisador na aquisição desta capacidade. Associado à prática da pesquisa, o estudo da metodologia exerce uma importante função de ordem pedagógica, isto é, a formação do estado de espírito e dos hábitos correspondentes ao ideal da pesquisa científica.

À luz do que precede, a pesquisa-ação não é considerada como metodologia. Trata-se de um método, ou de uma estratégia de pesquisa agregando vários métodos ou técnicas de pesquisa social, com os quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa ao nível da captação de informação. A metodologia das ciências sociais considera a pesquisa-ação como qualquer outro método. Isto quer dizer que ela a toma como objeto para analisar suas qualidades, potencialidades, limitações e distorções. A metodologia oferece subsídios de conhecimento geral para orientar a concepção da pesquisa-ação e controlar o seu uso.

Como estratégia de pesquisa, a pesquisa-ação pode ser vista como modo de conceber e de organizar uma pesquisa social de finalidade prática e que esteja de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores da situação observada. Neste processo, a metodologia desempenha um papel de "bússola" na atividade dos pesquisadores, esclarecendo cada uma das suas decisões por meio de alguns princípios de cientificidade. Uma pesquisa concebida sem esse tipo de exigência corre o risco de se limitar a uma simples reprodução de lugares-comuns e de encobrir manipulações por parte de quem "fala mais alto" nas situações observadas. O fato de manter na pesquisa-ação algum tipo de exigência metodológica e científica não deve ser interpretado como "cientificismo", "positivismo" ou "academicismo". É apenas um elemento de defesa contra as ideologias passageiras e contra a mediocridade do senso comum.

O papel da metodologia consiste também no controle detalhado de cada técnica auxiliar utilizada na pesquisa. Como já indicamos, a pesquisa-ação, definida como método (ou como estratégia de pesquisa), contém diversos métodos ou técnicas particulares em cada fase ou operação do processo de investigação. Assim, há técnicas para coletar e interpretar dados, resolver problemas, organizar ações etc. A diferença entre método e técnica reside no fato de que a segunda possui em geral um objetivo muito mais restrito do que o primeiro. Seja como for, podemos considerar que, no desenvolvimento da pesquisa-ação, os pesquisadores recorrem a métodos e técnicas de grupos para lidar com a dimensão coletiva e interativa da investigação e também técnicas de registro, de processamento e de exposição de resultados. Em certos casos os convencionais questionários e as técnicas de entrevista individual são utilizados como meio de informação complementar. Também a documentação disponível é levantada. Em certos momentos da investigação recorre-se igualmente a outros tipos de técnicas: diagnósticos de situação, resolução de problemas, mapeamento de representações etc. Na parte "informativa" da investigação, técnicas didáticas e técnicas de divulgação ou de comunicação, inclusive audiovisual, também fazem parte dos recursos mobilizados para o desenvolvimento da pesquisa-ação. Nesse quadro geral, o papel da metodologia consiste em avaliar as condições de uso de cada uma das técnicas. As características de cada método ou de cada técnica podem interferir no tipo de interpretação dos dados que produzem. É conhecido, em particular, o fato de que as técnicas de entrevistas ou outras técnicas de origem psicológica podem contribuir, quando usadas inadequadamente, para "psicologizar" a realidade social ou cultural observada (Thiollent, 1980a).

A preocupação metodológica dos pesquisadores permite apontar esses riscos e criar condições satisfatórias para uma combinação de técnicas apropriadas aos objetivos da pesquisa. Mesmo quando as distorções introduzidas pelo uso das técnicas não podem ser corrigidas, a simples evidenciação metodológica da sua existência já constitui um aspecto altamente positivo, podendo inclusive ser aproveitado na avaliação qualitativa do grau de objetividade alcançado.

Além do controle dos métodos e técnicas, o papel da metodologia consiste em orientar o pesquisador na estrutura da pesquisa: com que tipo de raciocínio trabalhar? Qual o papel das hipóteses? Como chegar a uma certeza maior na elaboração dos resultados e interpretações? Essas são algumas questões controvertidas que abordaremos agora.

4. Formas de raciocínio e argumentação

Numa pesquisa sempre é preciso pensar, isto é, buscar ou comparar informações, articular conceitos, avaliar ou discutir resultados, elaborar generalizações etc. Todos esses aspectos constituem uma estrutura de raciocínio subjacente à pesquisa. Na linha convencional os pesquisadores valorizam, na estrutura de raciocínio, sobretudo regras lógico-formais e critérios estatísticos que nem sempre respeitam na prática. Na linha alternativa as formas de raciocínio são muito mais flexíveis. Ninguém pretende enquadrá-las em rígidas regras formais. No entanto, tais formas de raciocínio não excluem recursos hipotéticos, inferenciais e comprobatórios e também incorporam componentes de tipo discursivo ou argumentativo a serem evidenciados. Esses aspectos são raramente abordados na literatura sobre pesquisa-ação ou pesquisa participante. A nosso ver, eles precisam ser analisados para se chegar a uma clara demarcação, no plano cognitivo, entre pesquisa convencional e pesquisa alternativa. Esta demarcação não deve ser vista como oposição entre dois mundos separados. Os problemas tradicionais do raciocínio (hipóteses, inferências etc.) encontram apenas soluções diferentes. As soluções próprias à pesquisa alternativa merecem ser melhor conhecidas e ampliadas, para que ela possa superar muitas das confusões que lhe são atribuídas.

Devido aos seus objetivos específicos e ao seu conteúdo social, a proposta de pesquisa-ação está muito afastada das preocupações metodológicas relacionadas com a formalização ou com as questões de lógica em geral. Porém algumas questões subsistem. Parece-nos evidente que a lógica formal clássica, com suas formulações binárias (verdade/falsidade, terceiro excluído etc.), é de pouca valia para dar conta de conhecimentos cujas características são principalmente informais e obtidas em situação comunicativa (ou interativa). Além disso, entre os partidários das alternativas metodológicas há uma ampla condenação da antiga posição segundo a qual tudo o que não se enquadra na lógica tradicional estaria fora do conhecimento científico rigoroso, coerente etc.

Hoje em dia, independentemente da "linha alternativa", existe uma pluralidade de lógicas e de abordagens argumentativas que dão conta de raciocínios informais e de suas expressões em linguagem comum. Noutros termos, o que antigamente era considerado como devendo estar excluído da ciência por falta de "coerência" ou de "clareza" lógica, hoje em dia é po-

tencialmente resgatável. A pesquisa não perde a sua legitimidade científica pelo fato dela estar em condição de incorporar raciocínios imprecisos, dialógicos ou argumentativos acerca de problemas relevantes. Tal incorporação supõe muito mais do que recursos lógicos: a metodologia deve incluir no seu registro o estudo cuidadoso da linguagem em situação e, com isto, o pesquisador não precisa temer a questão da imprecisão. Processar a informação e o conhecimento obtidos em situações interativas não constitui, em si mesmo, uma infração contra a ciência social.

Alguns detratores da pesquisa-ação (e da pesquisa participante) — e, em certos casos, alguns de seus partidários — divulgam a ideia segundo a qual tal orientação de pesquisa não teria lógica, nem estrutura de raciocínio, não haveria hipóteses, inferências, enfim, seria sobretudo uma questão de sentimento ou de vivência. Como já foi sugerido, achamos este ponto de vista equivocado, sobretudo quando são partidários da "linha alternativa" que o defendem. Não há pesquisa sem raciocínio. Quando não queremos pensar, raciocinar, conhecer algo sobre o mundo circundante, é melhor não pretendermos pesquisar. Além disso, quando queremos interferir no mundo precisamos de conceitos, hipóteses, estratégias, comprovações, avaliações e outros aspectos de uma atividade intelectual.

É necessário descrever alguns aspectos da estrutura de raciocínio subjacente à pesquisa-ação. A dificuldade está no fato de que não se trata de uma estrutura lógica simples, enquadrável em poucas fórmulas conhecidas. Tal estrutura contém momentos de raciocínio de tipo inferencial (não limitados às inferências lógicas e estatísticas) e é moldada por processos de argumentação ou de "diálogo" entre vários interlocutores. O objetivo da análise (ou descrição) desta estrutura cognitiva não é mero jogo formalista. Não se trata de chegar a uma formalização lógica nem a um cálculo de proposições ou à manipulação de variáveis simbolicamente representadas. O principal objetivo consiste em oferecer ao pesquisador melhores condições de compreensão, decifração, interpretação, análise e síntese do "material" qualitativo gerado na situação investigativa. Este "material" é essencialmente feito de linguagem, sob formas de simples verbalizações, imprecações, discursos ou argumentações mais ou menos elaboradas. A significação do que ocorre na situação de comunicação estabelecida pela investigação passa pela compreensão e a análise da linguagem em situação. Um mínimo de conhecimento nesse setor é necessário para que o pesquisador não caia em ingenuidades. Por exemplo, se desconhecesse a natureza dis-

cursiva do que está sendo produzido, o pesquisador poderia não enxergar as "jogadas" argumentativas dos vários parceiros e, finalmente, tomar o que é dito como simples e fiel expressão da "realidade" ou da "verdade".

No processo investigativo, a argumentação se manifesta de modo particularmente significativo no decorrer das deliberações relativas à interpretação dos fatos, das informações ou das ações dos diferentes atores da situação.

A argumentação, no nosso contexto, designa várias formas de raciocínio que não se deixam enquadrar nas regras da lógica convencional e que implicam um relacionamento entre pelo menos dois interlocutores, um deles procurando convencer o outro ou refutar seus argumentos. Esta discussão adquire uma forma de diálogo, que pode ser de caráter construtivo quando os interlocutores buscam conjuntamente as soluções. A forma pode também ser "destrutiva" quando houver polêmica, caso em que um dos interlocutores pretende destruir os argumentos do outro. De acordo com a teoria de C. Perelman e L. Olbrechts-Tyteca (1976), os processos argumentativos levam em conta a presença — real ou imaginária — de um auditório sobre o qual se exercem influências e cujas reações são capazes de fortalecer ou de enfraquecer as posições de um ou outro interlocutor a respeito de um determinado assunto.

Como se sabe, na antiguidade grega o raciocínio próprio à argumentação era designado pela noção de "dialética". Esta noção tem sido utilizada em outros contextos com definições muito diferentes a partir do século XIX, marcado pelo hegelianismo e pelo marxismo. No seu sentido antigo, a noção de dialética permitia salientar o caráter crítico dos raciocínios articulados em situações de discussão ou de debates, com vários graus de polemicidade em torno de questões controvertidas.

Do ponto de vista científico tradicional, os processos argumentativos da linguagem ordinária são repletos de ambiguidades e, logo, inutilizáveis como instrumentos de raciocínio rigoroso. Após ter prevalecido durante vários séculos, esse ponto de vista tende a ser substituído por um outro, ainda em discussão ao nível filosófico, segundo o qual a racionalidade da lógica formal é rigorosa, porém não permite dar conta das "sutilezas", "funções" e "flutuações" das interações argumentativas, discursivas ou dialógicas.

Além do mais, alguns filósofos atuais consideram que a argumentação está presente inclusive nas formas superiores de racionalidade. Segundo V. Descombe, assistimos ao "reconhecimento da natureza argumentativa

do que os filósofos chamam razão e cujo uso não é evidentemente limitado às ciências exatas, nem às outras ciências, encontra-se tanto nas diversas transações humanas como na deliberação prática" (Descombe, 1984).

No contexto específico da pesquisa social, que consideramos aqui, a noção de argumentação pode chegar a substituir a tradicional noção de "demonstração". Esta última exige um grau maior de formalização ou de axiomatização que é muito difícil, raramente alcançável em ciência social e praticamente impossível em pesquisas de finalidade prática. Embora objeto de discussão, a noção de demonstração ainda faz sentido em matemática, lógica e ciências exatas nas quais o arcabouço matemático é muito desenvolvido. A matematização das ciências sociais ainda é muito precária e frequentemente não passa de uma formulação estatística do processamento de dados empíricos. Na própria interpretação qualitativa dos resultados quantitativos sempre há aspectos argumentativos (ou deliberativos) para dar sentido ao que se pretende em função de objetivos científicos (descrição objetiva, comprovação etc.) e, algumas vezes, extracientíficos (justificar uma situação, enfraquecer um adversário, influenciar o "auditório"). No entanto, é preciso fazer algumas ressalvas. Se toda forma de razão é discussão, isto não quer dizer que todas as discussões sejam expressão da razão. Muito pelo contrário. Dentro da discussão que acompanha a pesquisa, a busca da racionalidade deve ser um constante objetivo dos pesquisadores. O que exige, como já foi sugerido, um determinado tipo de precauções metodológicas e a minimização dos aspectos extracientíficos.

A teoria da argumentação diz respeito aos procedimentos ou regras de constituição dos debates públicos, das deliberações jurídicas e das discussões em diversos campos de atuação, inclusive o das ciências sociais, quando concebidas num quadro não positivista. Segundo C. Perelman e L. Olbrechts-Tyteca, a teoria da argumentação não se enquadra na lógica formal e se limita ao conhecimento aproximativo. Escrevem eles: "O domínio da argumentação é o do verossimilhante, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo" (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1976, p. 1). Em vez da estrutura lógico-formal, há na investigação social o reconhecimento de um processo argumentativo. Tal tipo de investigação não é do tipo das ciências exatas e abandonou qualquer veleidade de sê-lo. Com isso se procura reconhecer o valor cognoscitivo do processo argumentativo (ou deliberativo). Abandonou-se também a ideia segundo a qual haveria um único tipo de comprovação séria: a comprovação

observacional e quantificada das ciências da natureza. Não se pretende fazer previsões a partir de cálculos numéricos. Trata-se apenas de previsões argumentadas, estabelecendo qualitativamente as condições de êxito das ações e avaliando subjetivamente a probabilidade de tal ou qual acontecimento, o que, de fato, não está aquém da nossa atual capacidade de antecipação em matéria de assuntos sociais.

A abordagem metodológica que é específica ao que designamos pela noção de pesquisa-ação apresenta muitas características que são próprias aos processos argumentativos. Tais processos se encontram explicitamente na explicação e nas interpretações em ciências sociais e, a nosso ver, desempenham um claro papel no caso dos métodos alternativos em pesquisa social.

Aplicando algumas noções da perspectiva argumentativa ao caso particular da pesquisa-ação, podemos notar que os aspectos argumentativos se encontram:

a) na colocação dos problemas a serem estudados conjuntamente por pesquisadores e participantes;

b) nas "explicações" ou "soluções" apresentadas pelos pesquisadores e que são submetidas à discussão entre os participantes;

c) nas "deliberações" relativas à escolha dos meios de ação a serem implementados;

d) nas "avaliações" dos resultados da pesquisa e da correspondente ação desencadeada.

Observamos que no decorrer do processo de investigação os aspectos argumentativos, presentes nas formas de raciocínio, são articulados principalmente em situações de discussão (ou de "diálogo") entre pesquisadores e participantes. Discussão é diferente de debate, pois esta última noção remete a situações nas quais os interlocutores defendem posições geralmente incompatíveis. No caso da discussão, os pesquisadores e participantes efetivos estabelecem uma "comunidade de espíritos" ou um "vínculo intelectual". No entanto, isto não exclui que de vez em quando haja também elementos de polêmica. Além disso, a "comunidade de espíritos" não precisa ser de natureza religiosa. Não se trata de fazer os participantes aderirem a dogmas preestabelecidos, como no caso da atividade de grupos religiosos ou de grupúsculos políticos sectários. É apenas uma questão de se

chegar ao consenso acerca da descrição de uma situação e a uma convicção a respeito do modo de agir.

Todo processo argumentativo supõe a existência de um auditório, nos sentidos real e figurado. No caso dos processos argumentativos operando no contexto da pesquisa-ação, podemos imaginar a presença de um auditório estruturado em vários níveis:

a) o "auditório" efetivo constituído pelos grupos de participantes exercendo um papel ativo nos diversos tipos de seminários de pesquisa ou assembleias de discussão de resultados;

b) o conjunto da população no qual a pesquisa é organizada e para o qual é dirigida uma série de informações por intermédio de diversos meios de comunicação formal e informal;

c) os diferentes setores sociais (ligados ao poder ou não) que não são diretamente incluídos no campo de pesquisa, mas sobre os quais os resultados da pesquisa podem exercer alguma forma de influência;

d) setores acadêmicos interessados na pesquisa social e suscetíveis de dar palpites favoráveis ou desfavoráveis acerca dos pesquisadores e dos resultados de suas atividades. Entre os possíveis efeitos que a pesquisa-ação pode exercer sobre o "auditório" acadêmico há todo um leque de atitudes possíveis: reforçar o desprezo, abrir a discussão, iniciar revisões nos padrões metodológicos etc.

No processo argumentativo, ao levarem em consideração a presença de um ou outro dos vários "auditórios", os interlocutores não estão necessariamente procurando efeitos visando a sua satisfação própria. Na argumentação podemos encontrar táticas de luta, manipulações de sentido, deturpações etc. O pesquisador não aceita qualquer argumento na elaboração das interpretações. Em particular, ele tem que criticar os argumentos contrários ao ideal científico (parcialidade, engano etc.) e promover aqueles que fortalecem a objetividade e a racionalidade dos raciocínios, embora com flexibilidade.

Veremos nos próximos itens que existem aspectos argumentativos em vários momentos importantes do raciocínio subjacente à pesquisa, em particular quando se trata de lançar uma hipótese, fazer uma inferência, comprovar um resultado ou enunciar uma generalização.

5. Hipóteses e comprovação

Muitos autores consideram que, na pesquisa-ação, não se aplica o tradicional esquema: formulação de hipóteses/coleta de dados/comprovação (ou refutação) de hipóteses. Este esquema não seria aplicável nas situações sociais de caráter emergente, com aspectos de conscientização, aprendizagem, afetividade, criatividade etc. (Liu, s/d.). A pesquisa-ação seria um procedimento diferente, capaz de explorar as situações e problemas para os quais é difícil, senão impossível, formular hipóteses prévias e relacionadas com um pequeno número de variáveis precisas, isoláveis e quantificáveis. É o caso da pesquisa implicando interação de grupos sociais no qual se manifestam muitas variáveis imprecisas dentro de um contexto em permanente movimento.

Seja como for, podemos considerar que a pesquisa-ação opera a partir de determinadas instruções (ou diretrizes) relativas ao modo de encarar os problemas identificados na situação investigada e relativa aos modos de ação. Essas instruções possuem um caráter bem menos rígido do que as hipóteses, porém desempenham uma função semelhante. Com os resultados da pesquisa, essas instruções podem sair fortalecidas ou, caso contrário, devem ser alteradas, abandonadas ou substituídas por outras. A nosso ver a substituição das hipóteses por diretrizes não implica que a forma de raciocínio hipotética seja dispensável no decorrer da pesquisa. Trata-se de definir problemas de conhecimento ou de ação cujas possíveis soluções, num primeiro momento, são consideradas como suposições (quase-hipóteses) e, num segundo momento, objeto de verificação, discriminação e comprovação em função das situações constatadas.

O padrão convencional de pesquisa social empírica adota, em geral, um esquema hipotético baseado em comprovação estatística frequentemente associado ao experimentalismo. Esta concepção tem seus méritos e seus defeitos. Mas o que importa é salientarmos que este esquema não é o único possível, sobretudo no contexto impreciso da pesquisa social. Sem abandonarmos o raciocínio hipotético parece-nos perfeitamente cabível a formulação de quase-hipóteses dentro de um quadro de referência diferente e principalmente qualitativo e argumentativo.

O experimentalismo, ao qual pertence o esquema hipotético sob forma quantitativa, pode ser visto como uma filosofia da pesquisa de laboratório de acordo com a qual o pesquisador testa cada hipótese e altera certas

variáveis para conhecer os efeitos de algumas delas sobre as outras. Nesta concepção, o experimento é válido quando sua repetição reproduz sempre os mesmos resultados, independentemente do experimentador, o que seria condição do estabelecimento de regularidades, leis e, finalmente, teorias comprovadas.

Ao nível epistemológico, os críticos do experimentalismo em ciências humanas consideram que se trata de uma inadequada transposição das exigências das ciências da natureza (ciências experimentais). Além disso, a relação entre as variáveis é geralmente concebida de modo causal e mecanicista, o que é fortemente criticado, inclusive em amplos setores das ciências da natureza. No caso particular da pesquisa social (e também psicossocial), os fenômenos não possuem o caráter de perfeita repetitividade, como no caso de fatos mecânicos, e além do mais o papel do pesquisador nunca é neutro dentro do campo observado. Uma outra crítica frequentemente apresentada consiste no argumento relativo à impossibilidade de isolar, no experimento ou no local de observação social, os fatores intervenientes que dependem do contexto social ou histórico. O conhecimento gerado nessas condições teria então o aspecto de artefato (representação muito distorcida pelas próprias condições da pesquisa).

Um outro aspecto negativo do esquema hipotético associado ao experimentalismo — particularmente sensível em ciências humanas — está no fato de que, ao procurar as informações necessárias à verificação das hipóteses, o pesquisador é frequentemente induzido a distorções quanto à observação dos fatos e à seleção das informações pertinentes. Isto foi bastante analisado no contexto da pesquisa em psicologia social por R. Rosenthal e R. Rosnow (1981), que analisaram a interferência das expectativas dos pesquisadores sobre os resultados da pesquisa e também a interferência dos pesquisados em função das expectativas que eles têm para com os pesquisadores. Além do que precede, na crítica ao experimentalismo há igualmente questionamentos relacionados com o caráter a-ético de certos experimentos de laboratório (Rosnow, 1981, p. 55-72).

Na maioria das pesquisas sociais direcionadas em função de uma concepção experimentalista, os pesquisadores não recorrem a experimentos de laboratório. A pesquisa convencional abrange populações reais, sobretudo por meio de um plano de amostragem a partir do qual são escolhidas as pessoas a serem interrogadas. O isolamento das variáveis e a simulação da variação de algumas delas são efetuados por meio de análise estatística das

respostas coletadas. Dentro da concepção experimentalista, a hipótese é sobretudo considerada como suposição relacionando variáveis quantitativas a serem submetidas a testes estatísticos.

Mas é exagero querer submeter a testes estatísticos todas as hipóteses. Isto corresponde a uma visão restritiva, pois na área de ciências sociais (e humanas) nem todas as variáveis consideradas são quantificáveis. Frequentemente a quantificação artificial por meio de escalas de certos aspectos (atitudes, por exemplo) nada acrescenta ao que se pode pretender em termos de comprovação.

O fato de que todas as hipóteses não precisam ser testadas estatisticamente é amplamente reconhecido por diversos autores, até mesmo no contexto da pesquisa de padrão clássico. Por exemplo, C. M. Castro considera que: "O teste de hipótese é uma maneira formal e elegante de mostrar a confiança que pode ser atribuída a certas proposições. Se essa confiança pode ser medida e estabelecida, é injustificável a omissão do teste. Mas, quando a natureza dos dados ou do problema não nos permite avaliar formalmente a confiança, não há desdouro para a ciência ou para o investigador em dizer apenas isso em seu relatório de pesquisa" (Castro, 1977, p. 104).

Podemos também considerar que a redução de todos os tipos de hipóteses ao tipo de hipótese estatística constitui um equívoco relacionado com o predomínio dos métodos quantitativos. Mas em si não se justifica. Os próprios estatísticos profissionais reconhecem que se deve manter uma distinção entre "hipótese científica" e "hipótese estatística":

> "Uma hipótese científica é uma sugestão de solução a um problema e constitui um tateio inteligente, baseado em uma ampla informação e em uma educação estruturada subjacente. (...) A formulação de uma boa hipótese científica é um ato realmente criativo. Por outro lado, a hipótese estatística não é senão um enunciado a respeito de um parâmetro desconhecido. (...) É de suma importância distinguir a hipótese científica da estatística, já que é muito factível provar ou contrapor hipóteses estatísticas muito reduzidas e sem a menor relevância científica" (Glass e Stanley, 1974, p. 273).

Após essas considerações, parece-nos mais claro que o raciocínio hipotético não deveria ser confundido com os excessos da visão experimentalista e quantitativista que é muito difundida entre pesquisadores de orientação tradicional. Pensamos que é perfeitamente viável a flexibilização do

raciocínio hipotético, de acordo com a qual a hipótese é uma suposição criativa que é capaz de nortear a pesquisa inclusive nos seus aspectos qualitativos. As hipóteses (ou diretrizes) qualitativas orientam, em particular, a busca de informação pertinente e as argumentações necessárias para aumentar (ou diminuir) o grau de certeza que podemos atribuir a elas. Isto não quer dizer que devamos cair no excesso oposto: existem hipóteses acerca de variáveis quantitativas a serem submetidas a testes estatísticos quando for julgado necessário.

A formulação de hipóteses (ou de quase-hipóteses) permite ao pesquisador organizar o raciocínio estabelecendo "pontes" entre as ideias gerais e as comprovações por meio de observação concreta. Sob forma "suave", na concepção alternativa da pesquisa social a hipótese é também um elemento na pauta das discussões entre pesquisadores e outros participantes. Apesar das aproximações ou das imprecisões, a hipótese qualitativa permite orientar o esforço de quem estiver pesquisando na direção de eventuais elementos de prova que, mesmo quando não for definitiva, pelo menos permitirá desenvolver a pesquisa. Com a hipótese e os meios colocados à disposição do pesquisador para refutá-la ou corroborá-la, a produção do discurso gerada pela pesquisa não perde o contato com a realidade e faz progredir o conhecimento.

Até mesmo quando se trata de dados pouco "transparentes", a busca de provas é necessária. Uma prova não precisa ser absolutamente rigorosa. No nosso campo de estudo, muitas vezes basta uma boa refutação verbal ou uma boa argumentação favorável que leve em conta testemunhas e informações empíricas e permita que os participantes (ou os "auditórios" de maior abrangência) compartilhem uma noção de suficiente objetividade, convicção e justeza. O espírito de prova exige que todas as informações colhidas sejam passadas pelo crivo da crítica dos pesquisadores e outros participantes dos seminários de pesquisa. Em particular, é necessário ficarmos atentos às informações do tipo "rumores", geradas a partir de fontes ocultas, e a todos os tipos de distorções que se manifestam na percepção da realidade exterior, nos envolvimentos emocionais ou outros. É necessário que o contexto de captação de cada informação seja perfeitamente identificado e que a constatação dos fatos controvertidos seja controlada por vários pesquisadores.

O fato de recorrer a procedimentos argumentativos leva o pesquisador a privilegiar a apreensão qualitativa. Mas devemos salientar que isto não significa que os métodos e dados quantitativos estejam descartados,

pois em muitas argumentações o "peso" ou a frequência de um acontecimento é levado em consideração como meio de fortalecer ou de enfraquecer um argumento. Além disso, se os deliberantes ignorassem tudo dos aspectos quantitativos implicados num determinado problema real, sua argumentação seria provavelmente inadequada ou "descontrolada". Em conclusão, a ênfase dada aos procedimentos argumentativos não exclui os procedimentos quantitativos. Estes são necessários para o "balizamento" dos problemas ou das soluções. O que é descartado é a pretensão "quantitativista" que alguns pesquisadores têm de "resolver" todas as questões metodológicas da pesquisa exclusivamente por meio de medições e números.

6. Inferências e generalização

Na pesquisa social sempre é metodologicamente problemática a passagem entre o nível local e o nível global. No primeiro são realizadas as observações de unidades particulares: indivíduos, grupos restritos, locais de moradia, trabalho ou lazer etc. No segundo são apreendidos fenômenos abrangendo toda a sociedade ou um amplo setor de atividades, um movimento de classe, o funcionamento das instituições etc. O problema da relação envolve aspectos quantitativos e qualitativos. No plano quantitativo, é possível tratá-lo com os clássicos recursos estatísticos: técnicas de amostragem e inferência controlada, com as quais as observações obtidas nas amostras são generalizadas ao nível do universo global, considerando margens de confiabilidade.

De modo geral, a inferência é considerada como passo de raciocínio possuindo qualidades lógicas e meios de controle. No caso da generalização, a inferência é sobretudo tratada como problema estatístico e pressupõe uma quantificação das variáveis observadas. As inferências estatísticas são controladas pelos pesquisadores por meio de testes apropriados (Miller, 1977). Tais inferências, por necessárias que sejam, dão lugar ao mesmo tipo de discussão evocada anteriormente no que dizia respeito aos testes de hipóteses.

Noutras palavras, podemos considerar que a concepção estatística das inferências não esgota toda a complexidade qualitativa das inferências no contexto particular da pesquisa social.

As inferências constituem passos do raciocínio na direção da generalização. Isto corresponde à indução. Existe também inferência em direção

oposta: passagem de proposições gerais a proposições relativas a casos particulares. Antes de serem problema de estatística, as inferências são tema de lógica. O seu controle remete ao conhecimento de algumas regras de lógica elementar.

Na pesquisa social ocorre que muitas expressões analisadas no contexto de sua geração, e que muitos dos raciocínios que os pesquisadores efetuam a partir delas, não se prestam facilmente à formalização e ao controle lógico. Como visto anteriormente, há sempre um grande espaço reservado aos raciocínios informais, aproximativos argumentativos etc. Os leigos, como também os cientistas, nos seus raciocínios cotidianos, recorrem a inferências generalizantes ou particularizantes sem rigor lógico: são inferências formuladas em linguagem comum. Exemplo de forma generalizante: "Cada vez que isto acontece a situação se deteriora". Exemplo de forma particularizante: "Já que a situação econômica vai melhorar, a nossa condição vai também melhorar". Essas inferências não estabelecem necessariamente a verdade. Os passos de raciocínio operados por elas pressupõem um determinado contexto social, uma ideologia ou uma tradição cultural. Muitas inferências são baseadas no senso comum e, algumas delas, no chamado "bom senso", considerado por Antônio Gramsci como núcleo racional da sabedoria popular (Gramsci, 1959, p. 47 ss.). As inferências em linguagem comum são controláveis ou compreendidas em função do contexto sociocultural no qual elas são proferidas. Muitas vezes, para as entendermos, isto é, reconhecermos seu fundo de racionalidade (ou de irracionalidade), precisamos explicitar seus pressupostos ou fazer que o interlocutor os explicite.

No contexto qualitativo da pesquisa social, o problema da generalização é situado em dois níveis: o dos pesquisadores, quando estabelecem generalizações mais ou menos abstratas (ou teóricas) acerca das características das situações ou comportamentos observados; e o dos participantes que generalizam, em geral com menos abstrações e a partir de noções que lhes são familiares.

Mesmo em situação de pesquisa na qual participam conjuntamente os pesquisadores e os membros de uma população observada, os pesquisadores devem ficar atentos em não confundir as inferências efetuadas por eles e as inferências efetuadas pelos outros participantes. Os pesquisadores devem identificar as generalizações populares e cotejá-las com as generalizações teóricas. A comparação dos dois tipos de raciocínio constitui uma im-

portante fonte de informação para se saber até que ponto existe uma real intercompreensão, a possibilidade de diálogo e de transformações nos modos de pensar acerca de determinados problemas.

Além disso, a partir desta orientação, é possível avaliar diversos graus de aproximação ou de adequação dos conhecimentos em questão. Às vezes o bom senso popular está mais próximo do que se pode chamar de verdade, em termos realistas. Noutros casos, há nas generalizações populares exageros, unilateralidade, ou erros cometidos em função do predomínio de uma ideologia ou de crenças particulares. Mas isto não quer dizer que as generalizações dos pesquisadores sejam sempre de melhor qualidade. Algumas vezes os pesquisadores "espontaneístas" só reproduzem ingenuamente as generalizações populares. Outros, menos empiristas, as reproduzem com um jargão mais sofisticado, sem estarem em condição, no entanto, de controlar os desvios. A nossa perspectiva exige um controle mútuo estabelecido de forma dialógica a partir da discussão entre pesquisadores e participantes. Nesse diálogo os pesquisadores trazem o que sabem, isto é, o conhecimento de diversos elementos de teorias ou de experiências anteriormente adquiridas.

As inferências generalizantes e particularizantes que são efetuadas pelos pesquisadores são objeto de controle metodológico. De acordo com o que já discutimos acerca do papel da metodologia, os pesquisadores não podem aceitar qualquer tipo de raciocínio ao nível da explicação ou da interpretação dos fatos. Independentemente das exigências estatísticas e lógicas que podem ser aplicadas nos casos de uma quantificação ou de uma formalização do conhecimento, os pesquisadores aplicam outros tipos de exigências no que diz respeito aos aspectos qualitativos das inferências. Uma primeira exigência dessa ordem consiste em identificar os defeitos da generalização, em particular aqueles que consistem em, a partir de poucas informações locais, tirar conclusões para o conjunto da população ou do universo. Em muitas pesquisas feitas localmente, como no caso da pesquisa-ação, é possível até renunciar a generalizações superiores à situação efetivamente investigada. No entanto, uma generalização pode ser progressivamente elaborada a partir da discussão dos resultados de várias pesquisas organizadas em locais ou situações diferentes.

Uma segunda exigência consiste em identificar as formas ideológicas que interferem na generalização. Não se trata de pretender pesquisar sem nenhuma ideologia. Mas os pesquisadores deveriam estar em condições de

estabelecer suas generalizações com base em teorias explicitadas e utilizadas dentro de um processo de raciocínio no qual a informação concreta fosse realmente tomada em consideração. Quando a interferência ideológica é excessiva, os dados obtidos na investigação são sem valor. Seja qual for a sua variabilidade, esses dados são encaixados em categorias e generalizações que, em si mesmas, podem ser discursivamente pronunciadas independentemente de qualquer observação.

Defeitos semelhantes devem ser objeto de controle no que diz respeito à particularização, em particular na passagem das ideias ou conceitos gerais aos indicadores que são levados em consideração na observação do campo empírico.

7. Conhecimento e ação

A relação entre conhecimento e ação está no centro da problemática metodológica da pesquisa social voltada para a ação coletiva. Em si própria, esta relação constitui um tema filosófico que foi desenvolvido de diversas maneiras por várias tendências filosóficas. Mas, ao nosso conhecer, raramente foi tratado como tal ao nível da metodologia de pesquisa social. Apresentaremos aqui apenas algumas observações introdutórias.

A relação entre conhecimento e ação existe tanto no campo do agir (ação social, política, jurídica, moral etc.) quanto no campo do fazer (ação técnica). Entre as formas de raciocínio existem analogias (e também diferenças) entre as estruturas do "conhecer para agir" e do "conhecer para fazer". O problema da relação entre conhecimento e ação pode ser abordado no contexto das ciências sociais e também no da tecnologia (Thiollent, 1984b, p. 517-44). Aqui só o abordaremos no primeiro.

A relação entre pesquisa social e ação consiste em obter informações e conhecimentos selecionados em função de uma determinada ação de caráter social. A passagem do conhecer ao agir se reflete na estrutura do raciocínio, em particular em matéria de transformação de proposições indicativas ou descritivas (por exemplo: "a situação está assim...") em proposições normativas ou imperativas ("temos que fazer isto ou aquilo para alterar a situação"). Isto supõe que seja estabelecido algum tipo de relacionamento entre a descrição de fatos e normas de ação dirigida em função de uma ação sobre esses fatos, ou de uma transformação dos mesmos.

É claro que as normas geralmente não são geradas na própria situação empírica da pesquisa. Pertencem a ideologias, perspectivas políticas ou culturais, aos movimentos sociais ou ao funcionamento das instituições. O raciocínio consiste em aplicar essas normas do plano geral, no qual se apresentam, no plano concreto dos fatos sob observação submetidos a transformações. Todavia, a passagem da proposição de fato para a proposição normativa não oferece garantia lógico-formal (Blanché, 1973, p. 211), pois não é a descrição do fato que determina o tipo de transformação que lhe será aplicado. Sempre intervém um sistema normativo, com aspectos ideológicos, políticos, jurídicos etc., que é subjacente ao trabalho que consiste em reunir pesquisa e ação. Não se trata de lamentar o envolvimento da metodologia de pesquisa social com um sistema normativo, só basta estarmos cientes das suas implicações. Deontologicamente os pesquisadores avaliam as condições éticas do funcionamento da pesquisa e de suas finalidades práticas. Em certos casos os pesquisadores podem ser obrigados a impedir a realização de certas pesquisas ou de certos tipos de aproveitamentos de seus resultados ao nível da ação.

Na relação entre obtenção de conhecimento e direcionamento da ação há espaço para um desdobramento do controle metodológico em controle ético. Os pesquisadores discutem, avaliam e retificam o envolvimento normativo da investigação e suas propostas de ação decorrentes. Frequentemente, na relação entre descrição e norma de ação, o ponto de partida não é a descrição objetiva e sim as exigências associadas à norma. Isto é metodologicamente condenável. Em função de uma norma de ação preexistente, instituída ou não, o pesquisador pode ser levado a descrever os fatos de um modo favorável às consequências práticas correspondentes às exigências daquela norma. Trata-se de um efeito de "contaminação" das normas de ação sobre a observação ou a descrição. Não sabemos se é possível neutralizar esse efeito. Seja como for, esta fonte de distorção deve ficar sob controle dos pesquisadores, dos pontos de vista metodológico e ético.

(No que precede, entendemos por norma de ação instituída uma norma que já faz parte do código explícito de uma instituição. A norma de ação é não instituída quando se refere a um movimento social ou a uma atividade informal. A norma de uma ação informal pode estar relacionada com o objetivo de modificar as normas do padrão de ação instituída.)

É frequentemente discutida a real contribuição da pesquisa-ação em termos de conhecimento. Na prática, nem todas as pesquisas-ação chegam

a contribuir para a produção de conhecimentos novos. Aliás sejam quais forem suas orientações, nem todas as pesquisas particulares podem ter essa pretensão. Entre outras, muitas pesquisas de opinião se limitam a oferecer uma "fotografia" numérica do que todo mundo já sabia.

Entre os objetivos de conhecimento potencialmente alcançáveis em pesquisa-ação temos:

a) A coleta de informação original acerca de situações ou de atores em movimento.

b) A concretização de conhecimentos teóricos, obtida de modo dialogado na relação entre pesquisadores e membros representativos das situações ou problemas investigados.

c) A comparação das representações próprias aos vários interlocutores, com aspecto de cotejo entre saber formal e saber informal acerca da resolução de diversas categorias de problemas.

d) A produção de guias ou de regras práticas para resolver os problemas e planejar as correspondentes ações.

e) Os ensinamentos positivos ou negativos quanto à conduta da ação e suas condições de êxito.

f) Possíveis generalizações estabelecidas a partir de várias pesquisas semelhantes e com o aprimoramento da experiência dos pesquisadores.

8. O alcance das transformações

Com a pesquisa-ação pretende-se alcançar realizações, ações efetivas, transformações ou mudanças no campo social. Alguns autores têm mostrado toda a imprecisão e as ambiguidades dessas expressões. Segundo J. Ezpeleta (1984), a noção de "transformação da realidade" e indiscriminadamente utilizada por partidários da pesquisa participante ou da pesquisa-ação para designarem fatos muitos diversos: modificação de comportamento grupal, modificação de hábitos alimentares, fenômenos cognoscitivos de sujeitos individuais etc. A noção de "transformação" é frequentemente assimilada à de "mudança social". Além disso, há uma confusão frequente entre "categorias estruturais" (sistemas sociais, classes etc.) e categorias relativas a situações particulares.

A nosso ver, este tipo de crítica é procedente. Na literatura disponível sobre pesquisa-ação existem confusões relacionadas com a imprecisão da linguagem, que mesclam a descrição dos efeitos ao nível da sociedade como um todo com a dos efeitos ao nível intermediário (instituições) e com a dos efeitos ao nível dos comportamentos de pequenos grupos ou de indivíduos. A não definição das transformações permite ocultar o real alcance da pesquisa-ação, frequentemente limitada aos efeitos sobre pequenos grupos, e alimentar ilusões sobre a transformação geral da sociedade em sentidos modernizador ou revolucionário.

Na definição do real alcance da proposta transformadora associada à pesquisa é necessário esclarecer cuidadosamente as possíveis interrelações entre os três níveis: grupos e indivíduos, instituições intermediárias, sociedade global. É preciso deixar de manter ilusões acerca de transformações da sociedade global quando se trata de um trabalho localizado ao nível de grupos de pequena dimensão, sobretudo quando são grupos desprovidos de poder. Além disso, já que se trata de transformar algo, é preciso ter uma visão dinâmica acerca do desenvolvimento da pesquisa no qual devem estar presentes considerações estratégicas e táticas para saber como alcançar os objetivos, superar ou contornar os obstáculos, neutralizar as reações adversas etc.

A questão da ação transformadora deve ser colocada desde o início da pesquisa em termos realistas. Várias situações podem ser distinguidas:

a) Quando os participantes possuem uma clara ideia dos objetivos e da ação necessária, o papel dos pesquisadores consiste essencialmente em assessorar as decisões correspondentes ao que for factível nas melhores condições e extrair da prática diversos ensinamentos.

b) Quando se trata de uma ação de tipo técnico (autoconstrução, produção de um jornal, uso de uma técnica agrícola etc.), a ação é definida em função dos meios técnicos e econômicos necessários, em função do saber próprio dos usuários e do contexto social.

c) Quando se trata de uma ação de caráter cultural, educacional ou político, os pesquisadores e participantes devem estar em condição de fazer uma avaliação realista dos objetivos e dos efeitos e não ficarem satisfeitos ao nível das declarações de intenção (como muitas vezes ocorre). O desenrolar e a avaliação de uma ação cultural são talvez mais difusos e menos evidentes do que no caso de atos técnicos bem definidos.

Em matéria de conscientização e de comunicação, as transformações se difundem através do discurso, da denúncia, do debate ou da discussão. O que é transformado são as representações acerca das situações em que atuam os interessados e os seus sentimentos de hostilidade ou de solidariedade.

Devemos deixar bem claro que quando se consegue mudar algo dentro das delimitações de um campo de atuação de algumas dezenas ou centenas de pessoas, tais mudanças são necessariamente limitadas pela permanência do sistema social como um todo, ou da situação geral. O sistema social nunca é alterado duravelmente por pequenas modificações ocorrendo na consciência de algumas dezenas ou centenas de pessoas. Não deve haver confusão a respeito do real alcance da pesquisa-ação quando é aplicada em campos de pequena ou média dimensão.

A justa apreciação do alcance das transformações associadas à pesquisa-ação não passa por critérios únicos. Cada situação é diferente das outras. Quando as ações adquirem uma dimensão objetiva de fácil identificação (por exemplo: produção, manifestação coletiva etc.), os resultados podem ser avaliados em termos tangíveis: quantidade produzida, número de pessoas mobilizadas etc. A ação é acoplada à esfera dos fatores subjetivos e, portanto, faz-se mister distinguir vários graus na tomada de consciência. De acordo com Paulo Freire, pelo menos duas noções devem ser distinguidas: tomada de consciência e conscientização. A primeira tem um alcance mais limitado do que a segunda. A tomada de consciência é frequentemente limitada a uma "aproximação espontânea", sem caráter crítico. A conscientização supõe um desenvolvimento crítico da tomada de consciência, permite desvelar a realidade, incide ao nível do conhecimento numa postura epistemológica definida e contém até elementos de utopia (Freire, 1980 e 1982). Todos esses aspectos merecem uma avaliação concreta.

9. Função política e valores

A função política da pesquisa-ação é intimamente relacionada com o tipo de ação proposta e os atores considerados. A investigação está valorativamente inserida numa política de transformação.

Podemos definir vários aspectos da função política, dependendo do grau de organização e de autonomia dos grupos participantes. Quando o grupo possui uma ampla autonomia na conduta de suas ações, a pesquisa

exerce a função de fortalecê-la. A produção de informação e a aplicação do conhecimento são orientadas para isso. Um outro aspecto da função política consiste em estreitar as relações que existem entre a organização e sua base por meio dos procedimentos participativos, agregando o maior número possível de seus membros na elucidação dos problemas e das propostas de ação. Há também uma função de elucidação estratégica e tática na relação do ator com seus adversários, concorrentes ou aliados, incluindo a questão da fixação de metas e das prioridades nos planos de ação. Nesse aspecto, a pesquisa visa eliminar o "subjetivismo" dos líderes e certas formas de conhecimento inapropriado, por exemplo, a forma livresca. Outros aspectos da função política são mais diretamente associados ao tema da conscientização daqueles que participam na pesquisa e o conjunto dos outros para os quais são divulgados os resultados. A divulgação recorre a todos os canais formais ou informais que possam ser aproveitados em campanhas de explicação e, em certos casos, de propaganda.

Quando o grau de autonomia dos grupos interessados é fraco e, em particular, quando se trata de uma pesquisa em situação marcada por uma polarização entre dirigentes e dirigidos (como no caso de muitas pesquisas em organização), o consenso é sempre difícil, precário e frequentemente impossível. Numa concepção democrática da pesquisa social é necessário que haja negociação de ambas as partes para se estabelecer um tipo de "contrato" de investigação acerca dos problemas a serem levantados e dos critérios de seleção das soluções e ações a serem implementadas. Os pesquisadores estão lidando com o problema de avaliar o que eles estão propondo e as implicações ao nível dos valores. Vale a pena esclarecer o conteúdo das propostas em termos de reprodução ou de transformação da situação considerada e de conquista de maior autonomia ao nível das partes subalternas.

Partindo do que precede, podemos apresentar algumas indagações sobre a questão dos valores operando na conduta da pesquisa. Toda estratégia de pesquisa possui alguns critérios de orientação valorativa. A pesquisa-ação não é exceção. A moralidade de uma pesquisa-ação depende sobretudo da moralidade da ação considerada e dos meios de investigação mobilizados. Em geral os agentes sociais cujas práticas são marcadas de imoralidade (corrupção, por exemplo) não precisam de pesquisa-ação. Esta é associada a escolhas valorativas tais como o reconhecimento de causas populares, a prática da democracia ao nível local, a busca de autonomia, a nega-

ção da dominação etc. Todos esses aspectos, ou uma seleção dos mesmos, são discutidos pelos pesquisadores. Há também controle dentro do processo de investigação para se evitar possíveis deturpações.

Em si própria, a concepção da pesquisa-ação nunca é livre de valores. Não há nisto qualquer anormalidade: apesar de sua pretensa neutralidade, as tendências convencionais se inserem em estratégias sociais determinadas: assessoramento do poder vigente, tomada de decisão à revelia dos participantes, práticas discutíveis no plano ético ("espionagem ideológica", por exemplo).

De acordo com a concepção da pesquisa-ação, a questão dos valores é abordada de modo explícito, dando lugar a discussão entre pesquisadores e grupos interessados pela investigação e pela ação. O aspecto participativo dos procedimentos é igualmente objeto de controle, pois o discurso da participação não é suficiente, por si só, para assegurar a ausência de manipulações e de escamoteamento das relações de poder subjacentes.

A partir de diversas experiências de pesquisa-ação, em vários contextos, têm surgido algumas regras deontológicas.

Todas as partes ou grupos interessados na situação ou nos problemas investigados devem ser consultados. A pesquisa não pode ser feita à revelia de uma das partes. Numa organização de tipo empresarial, não se pode fazer uma pesquisa sobre os problemas do pessoal sem a participação dos seus representantes e sem o acordo dos sindicatos. Em alguns casos, um comitê com representantes de todas as partes envolvidas é constituído para controlar o desenrolar da pesquisa. Cada parte tem direito de parar a experiência quando julgar que os objetivos da pesquisa, sobre os quais havia acordo, não são respeitados. A avaliação dos resultados é efetuada pelos participantes e pelos pesquisadores. Os resultados são difundidos sem restrição. Uma das partes não pode pretender se apoderar deles exclusivamente.

Essas regras existem no contexto da pesquisa-ação em contexto organizacional (Ortsman, 1978) e frequentemente são formuladas de acordo com o espírito da "participação social" ou da "democracia industrial", segundo a qual todos os "parceiros" devem ser consultados. Na prática nem sempre foram aplicadas. Quando a proposta de pesquisa é muito mais radical, é possível recorrer a outras regras criando condições de inserção mais profunda dos pesquisadores no movimento no qual atuam os atores considerados.

É sobretudo em função da sua vertente radical que a pesquisa-ação adquire sua especificidade. De acordo com R. Zuñiga:

> "A pesquisa-ação é inovadora do ponto de vista científico somente quando é inovadora do ponto de vista sociopolítico, isto quer dizer, quando tenta colocar o controle do saber nas mãos dos grupos e das coletividades que expressam uma aprendizagem coletiva tanto na sua tomada de consciência como no seu comprometimento com a ação coletiva" (Zuñiga, 1981, p. 35-44).

A função política da pesquisa-ação é frequentemente pensada como colocação de um instrumento de investigação e ação à disposição dos grupos e classes sociais populares. Segundo R. Franck, o principal objetivo da pesquisa-ação não é apenas o entrosamento da pesquisa e da ação, pois um tal entrosamento existe em muitas pesquisas convencionais a serviço dos grupos dominantes na vida econômica e política. A principal questão é a seguinte: "como a pesquisa (...) poderia tornar-se útil à ação de simples cidadãos, organizações militantes, populações desfavorecidas e exploradas?" (Franck, 1981, p. 160-6).